

AS INFLUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO NA GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA DO BRASIL

THE INFLUENCES OF NEOLIBERALISM IN PUBLIC AND PRIVATE MANAGEMENT OF BRAZIL

Christina Paula de Camargo Curcio¹

RESUMO

Este artigo analisa as influências da gestão pública e privada na política e economia brasileira nas últimas décadas do século XX. Busca-se salientar os aspectos políticos e econômicos, caracterizados pelas crises econômicas e o processo de globalização neoliberal, bem como as determinações impostas pelos governantes brasileiros.

Palavras Chave: Neoliberalismo, Sistemas liberais, Gestão pública, Gestão privada.

ABSTRACT

This Article analyzes the influences of public and private management in politics and Brazilian economy in the last decades of the 20th century. Emphasize its the political and economic aspects, characterized by economic crises and the process of neoliberal globalization, as well as the stipulations imposed by Brazilian government.

Key Words: Neoliberalism, Liberal Systems, Public Management, Private Management.

¹ Doutoranda em *Business Administration* pela FCU - Florida Christian University, Orlando, Florida, EUA, Mestre em Desenvolvimento de Tecnologia, Professora e Gestora de Tecnologia da Informação. chriscurcio@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO AO NEOLIBERALISMO

Para iniciar o estudo de como o neoliberalismo impactou a gestão pública e privada no Brasil, sugere-se o entendimento do que é neoliberalismo. Segundo Antunes (2001), “Neoliberalismo é um modelo adorado a partir dos anos 80 nos países ocidentais e tem como característica o afastamento do Estado em relação à gestão de diversos setores da economia.”

A preocupação em se formar blocos econômicos com a justificativa de se ter maior facilidade na circulação da produção e, por consequência, o barateamento, criou verdadeiras fortalezas protecionistas em torno das economias fortes. Assim, alguns autores consideram que Margareth Thatcher e Ronald Regan foram os inauguradores do modelo liberal no início dos anos 80 quando aconteceram fortes cortes de investimentos sociais e, em paralelo, a formação de blocos econômicos. (PENNAFORTE, 2001).

Segundo Holanda (2001), no final da década de 80:

O simbólico Muro de Berlim desencadeou uma avalanche de acontecimentos, com mudanças profundas na vida dos homens, povos e blocos políticos, onde o mundo vivenciou a rapidez e radicalidade das mudanças com o liberalismo econômico conjugada com o liberalismo político e considerado político e extremamente capitalista e de direita, que a abertura total de um país para as empresas privadas, e com elas a liberdade econômica com uma intervenção razoável do Estado.

Os impactos dessas mudanças foram sentidos na América Latina, onde se revelou, na economia, o Chile como protagonista da primeira experiência neoliberal do mundo durante a ditadura de Pinochet, estabelecendo os fundamentos da nova ordem econômica entre 1975 e 1981.

A partir dos anos 80, houve uma mudança na economia brasileira, que se aproximou do paradigma neoliberal, liberação das forças

concorrenciais e equilíbrios fiscal e monetário, programa de privatização de empresas estatais e reformulação dos aparatos administrativos, previdenciário e fiscal.

Os anos 80, também, caracterizaram-se pelo processo de transição política e pelos consequentes esforços de consolidação de uma ordem democrática. A ação conjunta desses fatores engrenou transformações significativas na vida política nacional. Ao longo daquela época, a sociedade brasileira passou por uma grande politização, que se manifestou na organização e na mobilização das diferentes forças sociais do país e na luta política que se desenvolveu por meio da Campanha das Diretas, em 1984, das eleições para a Constituinte em 1986, da campanha para a Presidência da República em 1989, que são fatos políticos abrangentes.

A reflexão realizada neste artigo é baseada no Neoliberalismo que se denomina uma nova forma de pensamento do governo sobre a escolha de suas políticas justas com a criação de governos suplementares, dividindo-os em gestão pública e gestão privada, abordando alguns exemplos de medidas adotadas no Brasil e no resto do mundo com essa nova conduta de gestão justa e democrática visando o bem-estar social.

2. O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Os episódios citados no Capítulo 1 compuseram o início do processo de institucionalização de novas regras que praticamente era restrito ao Executivo durante os governos militares e transbordou para toda a sociedade com a redemocratização. A partir de 1990, as oposições foram atingidas pelo neoliberalismo, particularmente no Brasil, por meio de uma ampla rede de informações em que a mídia, principalmente a televisão, desempenhou um papel fundamental na difusão da globalização. Sua implantação deu-se por meio dos enfoques estabilizadores monetaristas,

associados às exigências dos organismos de crédito internacional, em especial do FMI.

Segundo Negrão (2000), no Brasil:

o neoliberalismo ganhou um impulso no governo de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso com as privatizações e novas formas contratuais de trabalho, como o temporário e sem proteção social e espaço com a imprensa brasileira e o empresariado de pequeno médio porte.”

Com o processo de privatização de estatais, o Brasil abriu sua economia para o capital estrangeiro, e o mercado passou a ser o grande agente organizador da Nação, enquanto a classe trabalhadora começou a sofrer a redução de seus direitos.

A parceria criada no governo Lula em 2004, por meio da Lei Federal nº. 11.079/04, denominada Lei da Parceria Público-Privada, reside em uma forma de provisão de infraestruturas e serviços públicos em que o parceiro privado é responsável por elaboração do projeto, financiamento, construção e operação de ativos que, posteriormente, são transferidos ao Estado. A medida busca proporcionar maior atratividade para o setor privado em setores carentes de investimentos. (PECI e SOBRAL, 2006)

Mesmo com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, o neoliberalismo brasileiro não afundou; tomou posse o neoliberal e vice-presidente Itamar Franco. A campanha à presidência de Fernando Henrique Cardoso teve como principal foco o Plano Real, que conseguiu baixar e manter a inflação em níveis aceitáveis, estabilizando a economia brasileira, mas não acabou com o desemprego, que cresceu com a criação do emprego informal.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e, na sequência, a de Dilma Rousseff trouxeram a proposta, a meta e a ampliação do mercado interno, buscando agregar ao consumo a enorme massa de excluídos do país, e a ampliação da democracia do campo da política para os campos social,

econômico e cultural e a presença do Estado (democraticamente controlado) nos setores fundamentais e estratégicos.

O neoliberalismo trouxe a busca da eficiência da nova administração pública, sob perspectiva de a cidadania deixar de ser o conjunto da população pela qual o Estado republicanamente deve zelar pelo bem-estar, para ser vista como um cliente.

3. A GESTÃO PÚBLICO-PRIVADA

A busca de práticas utilizadas no setor privado pelo setor público foi observada nas últimas três décadas. Segundo Paula (2007), “a adoção de ferramentas de gestão do setor privado no setor público tem demonstrado ser bastante efetiva ao alcance dos objetivos.” A proposta é reorganizar as estruturas da administração com ênfase na qualidade e na produtividade do serviço público; a verdadeira profissionalização do servidor, que passaria a receber salários mais justos para as funções, tem sido adotada por vários países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O modelo administrativo pregado, o empreendedorismo, que busca gerenciamento participativo, habilidades criativas dos gestores públicos, entre outras características, foi na época de sua criação muito utilizado nas organizações privadas, e não nas públicas. Esse modelo foi chamado de gerencial, responsável por mudanças na forma de governar e que forjou reformas administrativas em alguns países.

Sicsú (2013) considera “que a relação entre o setor público e privado é decisiva em uma economia de mercado, nenhum Estado de país com economia de mercado pode prescindir do setor privado, e a recíproca é verdadeira.” O que importa é que o Estado mantenha posições em setores estratégicos e nos demais que o resultado da relação público-privada seja a da contabilidade monetária e social favorável aos usuários dos serviços.

Essa situação de busca de enfoques do setor privado no setor público tem se agravado à medida que o modelo macroeconômico de turno vem apontando a necessidade de um estado-mínimo que também significa a diminuição do aparelho burocrático e desdenha tudo que tem origem no Estado.

A busca da eficiência da administração pública passou a ser referenciada por teorias e técnicas oriundas do ambiente empresarial; como exemplos de tecnologias modernizadoras das organizações estatais, no final do século XX, foram sugestão pela qualidade total, reengenharia, *downsizing*, *benchmarking* e flexibilização organizacional. Nessa perspectiva, a cidadania, o bem-estar pelo que o Estado deveria zelar, põe o cidadão como um cliente, um resultado a ser alcançado, uma meta.

Dentro de revisões e busca de mudanças da administração pública, a América Latina possui dois grandes determinantes: a redemocratização articulada à hegemonia estadunidense e na região e a revisão das políticas públicas dos Estados Unidos a partir da crise de sua hegemonia. A crise de hegemonia se inicia pela economia; assim, os Estados Unidos passaram a ser captadores da poupança internacional na década de 70, em razão de seus déficits em conta corrente, e durante parte da década de 80 continuam com esse processo, sem muita condição de revertê-lo. (PEREIRA, 2008)

A dívida pública expande-se quando os Estados Unidos, no governo Regan, manejam seus déficits em conta corrente, por meio da diplomacia do dólar forte e de uma guinada de sua política econômica rumo ao neoliberalismo, expandindo, também, a dívida pública. No governo Bush, existiu a tentativa de desvalorizar o dólar, reduzir as taxas de juros e aprofundar a extensão do neoliberalismo ao conjunto da América Latina e Caribe. A queda das taxas de juros, a crise econômica de 90-91 e a necessidade de dirigir a poupança para o investimento produtivo reduzem provisoriamente os déficits em conta corrente, que caem em 92.

Nesse momento, a dívida externa latino-americana impulsionava a liberação comercial e tarifária da região, a valorização do câmbio e seu

ancoramento ao dólar para os preços internacionais. O governo Clinton leva mais adiante a queda das taxas de juros, a desvalorização do dólar e mantém o aprofundamento da integração regional sob um enfoque neoliberal. Estavam criadas as condições para a região substituir os superávits comerciais dos anos 80, absorvidos no pagamento dos juros da dívida externa, por déficits comerciais cada vez mais expressivos nos anos 90. Assim, constitui-se uma ampla ofensiva neoliberal na América Latina, que tem como principal referência ideológica a formulação do que se chamou Consenso de Washington.

O Consenso surge ainda no governo de Regan, quando as propostas só se tornam exequíveis para a América Latina nos fins dos anos 80. Segundo Martins (2011), “o Consenso de Washignton formula um programa de desenvolvimento para a região baseado na revisão de suas políticas centradas na implementação de dez pontos.” O que nada diz a respeito da dívida externa ou, mais amplamente, da dívida pública, ou não tem qualquer carácter histórico, não situa a intervenção do Estado e o populismo econômico ou plano da história, sugerindo implicitamente que esses problemas foram sempre, historicamente, causas e crise.

A abordagem de Washington sugere que é suficiente estabilizar a economia, liberalizá-la e privatizá-la, para que o país retome o desenvolvimento. A expansão da América Latina, a partir de 2003, apresentou, pela primeira vez desde 1980, crescimento econômico equivalente à economia mundial.

4. GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL

Atualmente, percebe-se, no Brasil, uma convergência de opiniões entre especialistas de gestão pública e formadores de opinião a respeito das fragilidades e potencialidades do Estado brasileiro e da necessidade da realização de mudanças na gestão pública, de natureza federativa.

Em 2008, gestores públicos dos Estados e da União, convencidos da necessidade de início de uma reforma e atentos às demandas da sociedade, reuniram-se em Brasília e o resultado desse encontro foi a Carta de Brasília sobre Gestão Pública, assinada pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (CONSAD) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O documento convalida o posicionamento sobre a necessidade de promover uma coalizão de forças no país.

Os envolvidos comprometeram-se com um pacto para melhorar a gestão pública no país partindo do princípio que se deseja ir à busca de resultados, tendo o foco no cidadão e na garantia da qualidade do gasto público. Com esse documento, os gestores perceberam que diante das restrições de recursos públicos e com o aumento de demandas sociais é necessário que os governos atuem preventivamente, antecipando-se aos problemas e descartando soluções simplistas, como a busca da redução linear de gastos a qualquer custo.

As diretrizes dispostas na Carta de Brasília (2009), que em maior ou menor grau já estão sendo implementadas por governos estaduais e pelo governo federal, envolvem oito frentes de atuação: simplificação dos processos de trabalho, com redução do excesso de regras e controles; melhor articulação entre planejamento e orçamento, com gestão orçamentária menos rígida e voltada para resultados; melhor coordenação de ações intra e intergovernos; revisão do marco legal, incluindo alteração da Lei de Licitações e revisão das formas jurídico-institucionais vigentes; prevenção e combate à corrupção, com ênfase em mecanismos de transparência e controle social; profissionalização e capacitação contínua da força de trabalho; uso intensivo de tecnologia como ferramenta de apoio à gestão; estudos e pesquisas como subsídios para políticas de modernização do Estado.

Carneiro (2010) cita que “a nova gestão pública a também denominada NGP deve ser neutra qualquer governo pode e deve lançar mão

de práticas modernas de gestão para conceber, desenvolver e implementar o seu plano de governo.” Assim, manifestando quatro principais aspectos para as partes do setor público que não podem ser transferidas diretamente para o privado: uma visão mais ampla e em larga escala de mecanismos de mercado; a descentralização espacial e organizacional do gerenciamento e produção de serviços; uma retórica constante na necessidade de melhorar a qualidade de serviços; e uma maior atenção de atender aos desejos dos usuários ou consumidores individuais (cidadãos).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, consagra-se uma nova ordem jurídica e política no país e coloca-se o Brasil como um dos países de legislação mais avançada, no que diz respeito à proteção aos direitos humanos econômicos, sociais e culturais. Contudo, essas inovações tendem a não surtir efeito esperado, na medida em que a sociedade brasileira desconhece seus direitos e em que proporção eles são protegidos pelo Estado, permitindo que setores conservadores façam conquistas sociais no texto constitucional.

A Constituição de 1988 consagrou, entre seus princípios fundamentais, a participação popular na gestão pública como direito à dignidade da pessoa, expressando a soberania popular pelo qual todo poder emana do povo que o exerce por meio de seus representantes ou, diretamente, na forma estabelecida pela Constituição. Esse princípio reúne concepções de democracia direta e democracia representativa, o que beneficia a coletividade, objetivo do Estado e da administração pública. Assim, o cidadão brasileiro tem o direito de não apenas controlar a administração pública como participar em defesa de seus interesses e na gestão dos bens e serviços públicos.

A participação popular na gestão pública ocorre pelo indivíduo e por meio de associações, grupos e organizações que podem exercer o controle e a fiscalização da administração e bens públicos. Rocha (2001) propôs “a construção de um quadro teórico com as concepções sobre a participação popular na gestão pública em três categorias básicas: a participação popular

comunitária, a contestatória e a popular cidadã e o controle social do Estado.”

A integração do cidadão na administração pública cria um cidadão que interage na construção de um senso de ordem baseada nos critérios estabelecidos, no seu direito à democracia e cria uma redefinição de papéis e fortalecimento da sociedade civil, organizada por indivíduos, grupos, associações, para a prática de deveres e responsabilidades e exercício de direitos para o controle social do Estado e do Mercado. O sucesso da atuação do Estado reserva-se à reconstrução de uma nova lógica e referência inovadora de cidadania que insere o cidadão como essência na participação da gestão pública, conforme quadro 01:

Quadro 01: Participação da Gestão Pública e suas Características

Participação	Características
Participação comunitária popular	Representa um novo padrão de relação estado-sociedade e pobreza e educação. A população tem um papel mais ativo o consciente. Dirigiu-se aos mais pobres, por ressaltar os valores da educação, do trabalho e do coletivismo.
Participação contestatória popular	Participação característica dos anos 70, onde explícita a luta e contestação contra as limitações governamentais à tentativa de conquista da educação pelas classes populares. Qualquer forma de aproximação com o Estado é vista como cooptação e o sentido da participação é o de acumular forças para a batalha permanente pela mudança geral do modelo existente.
Participação popular cidadã e o controle social do Estado	O Estado democrático e de direito reconhecem a necessidade de defender a sociedade contra os eventuais excessos no funcionamento da máquina estatal, por meio da divisão de funções entre os poderes e de mecanismos recíprocos de controle, em nome da sociedade. A novidade nos anos 80 é justamente a ideia de que esse controle seja feito pela sociedade por meio da presença e da ação organizada de seus segmentos. O processo de abertura política e redemocratização do país trouxeram à cena novos atores e orientou a ação para a criação de espaços públicos não estatais de pactuação e superação dos obstáculos pelo diálogo e pelo consenso. Do lado da sociedade, torna-se visível a presença de diversos atores sociais, cuja diversidade de interesses e projetos integra a cidadania, disputando com igual legitimidade espaço e atendimento pelo poder estatal.

Fonte: Adaptação de Rocha (2001).

5. GESTÃO PRIVADA NO BRASIL

Com as delimitações de terceirizações de serviços em cada setor privado, desencadearam-se as privatizações, isto é, venda de empresas públicas ao setor privado; prática essa para mais bem atender as demandas do mercado econômico doméstico e o mercado mundial. Nesse quesito, aponta-se, apenas, para aspectos econômicos sem inferências no que tange a questões de interesses oriundos de cunho político.

Mais precisamente no Brasil, a não Gestão Pública ou Gestão Privada teve início na década de 1990, sendo, também, chamada pela mídia de terceiro setor, confrontando com uma ideologia neoliberal, até então constituída e apoiada por Governos como de Margareth Thatcher, Ronald Regan, surgindo a meritocracia, ou seja, uma ideologia baseada 'no mérito', que supostamente implicaria a supremacia imanente do indivíduo sobre as classes sociais e a sociedade, e do mercado sobre o Estado.

O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) iniciou a desregulamentação econômica com a abertura de mercado e a planificação da economia na tentativa de frear a crescente inflação, aprofundando o projeto neoliberal. Com a saída de Collor, a preocupação de seu sucessor Itamar Franco (1992-1995) foi com o desenvolvimento de uma política de estabilização econômica, uma vez que a inflação atingia índices muito elevados.

As reformas iniciadas por Collor intensificaram-se quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda no Governo Itamar e foi o mentor do Plano Real. Guimarães (2010) cita que “este governo estava completamente incompatível com o desenvolvimento social e se caracterizava por criar condições para ampliar a exclusão social.” Cardoso conquistou a Presidência da República defendendo a modernização do Estado, sendo as privatizações das empresas estatais vistas como

fundamentais nesse processo. O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007) já foi mais amigável com a tentativa de recuperar a economia e desenvolver uma política conservadora.

O Governo de Lula e de Dilma, do Partido dos Trabalhadores, fez algumas concessões da gestão de empresas estatais, em alguns setores específicos, por tempo limitado, não havendo venda dos ativos.

Quando se direciona à gestão praticamente dita, há uma dessincronização nessa questão. Quando o assunto é a importância do Estado à iniciativa privada, por exemplo, do planejamento e, mesmo, do papel estatal como protetor do capital privado em inúmeras guerras travadas ao longo da história, começam a existir conflitos de interesse.

Até que ponto o Governo fará um planejamento satisfatório para a nação e a iniciativa privada caminhará junto com seus propósitos sem descarrilamentos no quesito ético e restrito? Observam-se dois pontos segmentados pela passagem histórica: em 1929, a crise que deixou um emaranhado de falácias no setor público e privado, sendo considerado o período mais negro que a economia mundial pudera passar; e a crise de 2008 e sua grande depressão acarretada pela queda das subprimes e devido ao fato de a Gestão Pública ter permitido, ou seja, terceirizado que alguns países tivessem grande parte de seus recursos aplicados em recursos líquidos, não tornando, assim, disponíveis, quando o sinal de alerta europeu foi acionado, solicitando ajuda na liquidez de suas operações.

Observa-se, também, que, desde a crise de 2008, a Gestão Pública está dando mais relevância a bancos e empresas do que aos cidadãos, tornando a gestão privada mais protegida e amparada de todo e qualquer impacto que possa sofrer das turbulências que o mercado, porventura, possa ter.

No momento em que o Estado e a iniciativa privada se propõem a caminhar em bloco, mesmo sabendo das inúmeras dificuldades dos conflitos de interesses existentes entre si, tem-se uma administração pública mais sólida, mais eficiente e eficaz não só para uma parte do participante da

história, e sim para todos. No Brasil, tem-se um exemplo clássico: o SUS – Sistema Único de Saúde; grande parte da verba do governo federal destinada a empresas privadas para aquisição de materiais hospitalares é superfaturada; em alguns casos, manipulados por membros do governo por meio de empresas fantasma.

Tanto a privatização das empresas estatais (venda de ativos públicos ao capital) como a privatização no sentido de concessão, contratação, terceirização e parcerias, entre outras formas, necessitam do comando firme e forte do Estado de Direito Democrático, sem o qual todas as formas de privatização tornam-se verdadeiras catástrofes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as menções sobre a gestão pública e gestão privada realizadas, observa-se a necessidade de execução da gestão privada e alguns descompassos de planejamento do setor público. De certo que se está caminhando para a construção de um ‘sonho’ – uma sociedade perfeita, justa e igualitária, que de fato é o propósito neoliberal. Porém, ajustes precisam ser feitos regularmente; os setores necessitam falar entre si, verificar se os seus propósitos estão na mesma trilha, tornando o Governo mais sólido e fortalecendo-se perante os seus e o resto do mundo, terceirizando, apenas, o que for de relevante para o seu progresso e não para o seu excesso.

A parceria público-privada configura-se como uma solução para se enfrentar os escassos recursos públicos no Brasil; essa parceria, além de ser potencialmente aplicável em países com diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico, é aplicável a um número cada vez maior de projetos e serviços correlatos ao setor público, e pode caracterizar um processo de privatização.

A gestão pública, em particular no Brasil, necessita de uma transparência como valor indiscutível, uma imparcialidade que assegure as condições que se oriente pelo exclusivo critério do interesse público e possibilite a abertura de um estímulo à participação dos cidadãos. Conforme comentado por Gonçalves (2013):

uma abertura onde a participação dos cidadãos não se esgote nas formas clássicas de participação dos interessados nos procedimentos administrativos, mas pretende abrir canais mais amplos de intervenção e fomentar uma atitude proativa que os cidadãos participem, mas efetivamente de seguir uma política de estímulo, de incentivo e de ativação da participação.

Observa-se que, no Brasil, a tentativa de implantar as boas práticas da gestão privada na gestão pública é grande, porém existe a necessidade da organização de um comitê ou um controle no qual os cidadãos consigam, de uma forma clara, acompanhar os investimentos e participar, efetivamente, dos investimentos empregados no Estado. Infelizmente, o cidadão brasileiro precisa de mais formação e instrução para o acompanhamento dessas gestões; assim, a grande característica contestatória deixa de ser apenas pela mídia mas também pelo próprio povo, sabendo das necessidades e ações que realmente são necessárias para que a gestão dos investimentos estatais ou privados seja bem aplicada.

O fato é que, para mudar a cultura de um país, são necessários investimentos em educação, para o cidadão ser formado a participar das decisões do Estado das empresas, não somente pelo exemplo de outros países ou denúncias da mídia. Esse trabalho da consciência do cidadão é fundamental para a criação de uma nova geração que consiga entender e, realmente, se envolver na gestão pública do estado e do país. Conforme Sardenberg (2008), “a educação financeira e política se fazem necessárias para uma geração que não seja tão capitalista.”

Trabalhar a consciência política e o direito igualitário perante o governo democrático, especificamente falando-se do Brasil, os cidadãos devem exercer sua soberania, no que tange às manifestações populares

ocorridas no Brasil no ano de 2013, em que cada indivíduo pode exercer sua força de democracia, cobrando não só as promessas políticas feitas nas famosas campanhas eleitorais, mas, acima de tudo, mostrar que um verdadeiro exercício de sociedade igualitária se faz com a junção dos propósitos e ideais caminhando juntos, em bloco.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.

CARNEIRO, Margareth F. Santos. **Gestão pública: o papel do planejamento estratégico, gerenciamento de portfólio, programas e projetos e dos escritórios na modernização da gestão pública**. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

CARTA DE BRASÍLIA. Brasília, 2009. Disponível em <http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2011-01-04.7420811917>.

Acesso em 14 set. 2013.

GONÇALVES, Pedro Cost Gonçalves [et al.]. **O governo da administração pública**. Coimbra: Almedina, 2013.

GUIMARÃES, Leny Terezinha Duro; EIDELWEIN, Karen. **As políticas sociais brasileiras e as organizações financeiras internacionais**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. **Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente**. 2.ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001.

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à economia:** princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

NEGRÃO, João José de Oliveira. **O governo FHC e o neoliberalismo.** Revista NEILS: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. PUCSP, São Paulo. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/neils/revista/vol1.html>>. Acesso em: 12 set. 2013.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública:** limites e potencialidades da experiência contemporânea. Ana Paula Paes de Paula – reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PECI, A.; SOBRAL, F. **Parcerias público-privadas:** análise comparativa das experiências inglesa e brasileira. Anais do 30º Encontro da Anpad, Salvador, BA, 2006.

PECI, A.; SOBRAL, F. **Parcerias Público-Privadas:** Análise Comparativa da Experiência Inglesa e Brasileira. XXX Encontro Nacional da ANPAD (EnANPAD) Anais, Salvador/BA, 23 a 27 de Setembro de 2006.

PENNAFORTE, Charles. **O Neoliberalismo na América Latina.** Rio de Janeiro: *e-papers* Serviços Editoriais Ltda., 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do Estado para a Cidadania:** a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Brasília: ENAP, 2002.

ROCHA, José Cláudio. **A participação popular nos conselhos municipais de educação da Bahia.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

SARDENBERG, Carlos Alberto. **Neoliberal, não liberal:** para entender o Brasil de hoje e de amanhã. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

SICSÚ, João. **Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro?** São Paulo: Geração Editorial, 2013.